

COBERTURA VACINAL DOS ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PIAUÍ

Illoma Rossany Lima Leite (bolsista do PIBIC/UFPI), Aline Silva Santos (colaboradora, UFPI-PI), Laís Carvalho de Sá (colaboradora, UFPI-PI), Nayra da Costa e Silva (colaboradora, UFPI-PI), Telma Maria Evangelista de Araújo (Orientadora, Depto. de Enfermagem – UFPI)

INTRODUÇÃO: Dentre os diferentes grupos especiais para o Programa Nacional de Imunização (PNI), merecem destaque os estudantes da área de saúde, pois o seu inadequado estado vacinal constitui um grave problema de saúde pública. Estes se encontram constantemente vulneráveis às doenças imunopreveníveis visto que estão expostos a distintas doenças infecciosas em sua vivência diária no ambiente hospitalar. Além disso, podem ser o veículo de transmissão e disseminação dessas doenças (RIBEIRO, 2002; CÔRTEZ, 2009). De acordo com Araújo (2005), a cobertura vacinal específica dos estudantes da área de saúde ainda está muito abaixo da considerada necessária ao controle das doenças imunopreveníveis. Este fato é atribuído ao insuficiente conhecimento por parte dos mesmos, a pouca importância dada à proteção vacinal antes da entrada nos campos de estágio, a falta de uma política mais agressiva de vacinação dos estudantes da área de saúde pelo Ministério da Saúde, bem como ao fato deles não darem a real importância a esta proteção. Sabe-se que a vacinação é a forma mais eficaz para a prevenção de doenças imunopreveníveis no ambiente hospitalar (MARINO; MEDEIROS, 2000). Considerando o exposto a presente pesquisa teve por objetivo avaliar a cobertura vacinal dos estudantes da área de saúde de uma Universidade pública do Piauí. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico, quantitativo e descritivo desenvolvido em uma Universidade pública de Teresina/PI. A população foi constituída por 124 estudantes, dos quais 24 de enfermagem, 40 de medicina, 25 de farmácia e 35 de odontologia. Cabe destacar que foram selecionados apenas aqueles que estavam iniciando as atividades nos campos de estágio em Teresina, por entender que este é o momento ideal para o resgate da adequada cobertura vacinal. A investigação teve como variáveis os dados sócio-demográficos dos alunos: procedência, sexo, idade, estado civil, renda familiar e individual e dados específicos do estudo, tais como: vacinas recebidas, intervalos, informações e respectivas fontes, sobre as vacinas que os estudantes da área da saúde devem receber. A coleta de dados foi realizada nas salas de aula da Universidade do estudo, no período de outubro a novembro de 2009, mediante a aplicação de questionários, contendo questões predominantemente fechadas e pela observação dos cartões de vacina dos estudantes, seguindo-se os preceitos legais da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A população foi composta por 124 estudantes, na sua maioria na faixa etária entre 18 e 20 anos (74,4%). Em quase sua totalidade, os entrevistados são solteiros (91,1%), enquanto uma pequena parte diz ser casada (8,9%). Com relação à renda familiar, encontra-se na faixa de 5 a 10 salários mínimos (SM) (57,3%), sendo que 5,6% apresentam renda mensal maior que 21 salários mínimos. Quanto à procedência a expressiva maioria é de Teresina (79,8%), 15,3% são do interior do Piauí e 4,8% afirmam ser de outros estados como, por exemplo, Brasília/DF, São Luis/MA, Fortaleza/CE, Mossoró/RN e Tucuruí/PA. Observou-se que a maioria dos participantes é estudante dos cursos de Medicina (33%) e Odontologia (28%). Seguidos do curso de Farmácia (20%) e Enfermagem com 19%. Com objetivo de garantir maiores coberturas vacinais, em 2004, o Ministério da Saúde lançou a Portaria nº 597, que torna obrigatório em todo o território nacional, para efeito de

matrícula em Universidades, o comprovante de vacinação atualizado, de acordo com o calendário de vacinação e faixa etária estabelecidos pelo PNI (BRASIL, 2004). Entretanto, o que se tem observado é que não está havendo obediência a esta portaria, pois na Instituição pesquisada os estudantes não foram investigados no ato da matrícula, quanto ao seu estado vacinal, e nem ao menos receberam qualquer tipo de informação sobre o assunto. Com relação ao conhecimento sobre vacinas, constatou-se que a maior parte da população do estudo afirmou não conhecer as indicações do PNI (62%). Tal fato também se verificou em outro estudo realizado no Piauí com alunos de um curso de especialização em Saúde da Família, onde 58,1% dos alunos/profissionais desconheciam as vacinas preconizadas pelo PNI. Os resultados mostram que esses profissionais de saúde não estão adequadamente informados nem vacinados, reforçando a necessidade da implantação de uma política sistemática de educação permanente e de imunização (ARAÚJO; PAZ; GRIEP, 2006). Quando questionados sobre as vacinas indicadas pelo PNI aos estudantes da área saúde, observou-se que as vacinas BCG, VHB, dT e dupla viral são as mais citadas pelos estudantes dos quatro cursos. As vacinas mais citadas pelos estudantes de medicina foram: dupla bacteriana (35%), BCG (25%) e VHB (20%). Para os alunos de odontologia as mais conhecidas são: dupla bacteriana, BCG e dupla viral. Os alunos do curso de farmácia citaram com maior frequência a dupla bacteriana (28%) e VHB (20%). Por fim, os estudantes de enfermagem citaram dupla bacteriana, BCG, dupla viral e VHB. Verificou-se que a população estudada julga que outras vacinas que são preconizadas apenas no calendário infantil, também são necessárias, o que denota falta de conhecimento sobre as reais necessidades de imunização destas categorias profissionais e sobre o calendário vacinal. Para a avaliação da cobertura vacinal dos estudantes por curso, considerou-se imunizados aqueles alunos que receberam as doses preconizadas pelo Ministério da Saúde. No curso de Medicina a vacina que apresentou maior cobertura foi BCG (73%), seguida das vacinas VHB (60%) e dT (55%). Antiamarílica, dupla viral e influenza ficaram com 38%, 35% e 20% respectivamente. Nos cursos de Odontologia e Farmácia as coberturas vacinais foram iguais. As vacinas com maiores percentuais foram: BCG (71%), dT (57%) e antiamarílica (37%). Já com menores percentuais tem-se: dupla viral (34%), influenza (26%) e VHB (21%). No curso de Enfermagem destacaram-se a BCG (67%), VHB e dT com 54% cada, seguidas da antiamarílica (42%), dupla viral (38%) e influenza (17%). A maioria da população estudada (63%) informou ter sido orientada quanto à vacinação durante a vida acadêmica, sendo os professores (40%) a principal fonte de informação, seguidos pelos colegas (39%) e profissionais de saúde (21%). A maioria da população (86%) informaram que a universidade disponibilizou alguma vacina durante a vida acadêmica, enquanto 14% afirmam que não. Quando investigados sobre quais vacinas foram disponibilizadas, a maioria dos alunos apontou a VHB (73%), seguida da vacina dT (48%), dupla viral (27%), influenza (15%), antiamarílica (5%), BCG (2%) e outras (11%). Destaca-se a citação da vacina BCG, a qual não é indicada para este populacional.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES: A atualização do calendário vacinal é imprescindível para os estudantes da área da saúde, pois durante as práticas preparatórias para o exercício da futura profissão, estes estão expostos a diversas doenças infecciosas que se adquire ocupacionalmente, de relevante importância para os profissionais da área da saúde. Sugere-se que a instituição sensibilize os alunos para a atualização do calendário vacinal ao ingressarem na universidade, bem como

instaure ações educativas e profiláticas tanto para modificar a baixa cobertura vacinal observada nos estudantes da área de saúde, como para ampliar a proteção e conhecimento desta temática de fundamental importância ao grupo pesquisado.

PALAVRAS-CHAVES: Estudantes. Saúde. Imunização.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, T. M. E.; PAZ, E. P. A.; GRIEP, R. H. Cobertura vacinal dos profissionais de saúde de um curso de especialização em saúde da família do Piauí. Rev. Anna Nery. v.10, n.1, p: 95-100, 2006.

ARAÚJO, T. M. E. Vacinação Infantil: conhecimentos, atitudes e práticas da população da área norte/centro de Teresina-PI. 2005. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 597, de 8 de abril de 2004. Brasília, 2004

CÔRTEZ, G. Imunizações e profissionais de saúde. Disponível em: <http://www.riscobiologico.org/imuniza/imuniza.htm>. Acesso em: 22 fev. 2009.

MARINO, C. G. G; MEDEIROS, E. A. S. Vacinação em Profissionais de Saúde. In: FARHAT, C. K. et al. Imunizações – fundamentos e prática. 4 ed. São Paulo (SP): Atheneu, 2000. p. 239-247.

RIBEIRO, J. G. L. Necessidade de adoção de uma política de imunização para acadêmicos de medicina: A situação da faculdade de ciências médicas de Minas Gerais. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TABELA E GRÁFICO:

Tabela 1 – Características sociodemográficos e econômicas da população do estudo. Teresina/PI – 2010 (n = 124)		
	N	%
Faixa etária:		
18 a 21 anos	96	74,4
22 a 57 anos	28	22,6
\bar{x} = 20 anos (s) = 1,714		
Procedência:		
Capital	99	79,8
Interior	19	15,3
Outros estados	6	4,8
Renda:		
1 a 4 s.m	16	12,9
5 a 10 s.m	71	57,3
11 a 20 s.m	30	24,2
21 a 55 s.m	7	5,6
\bar{x} = 10 s.m. (s) = 6,901		
Situação conjugal:		
Casado	11	8,9
Solteiro	113	91,1

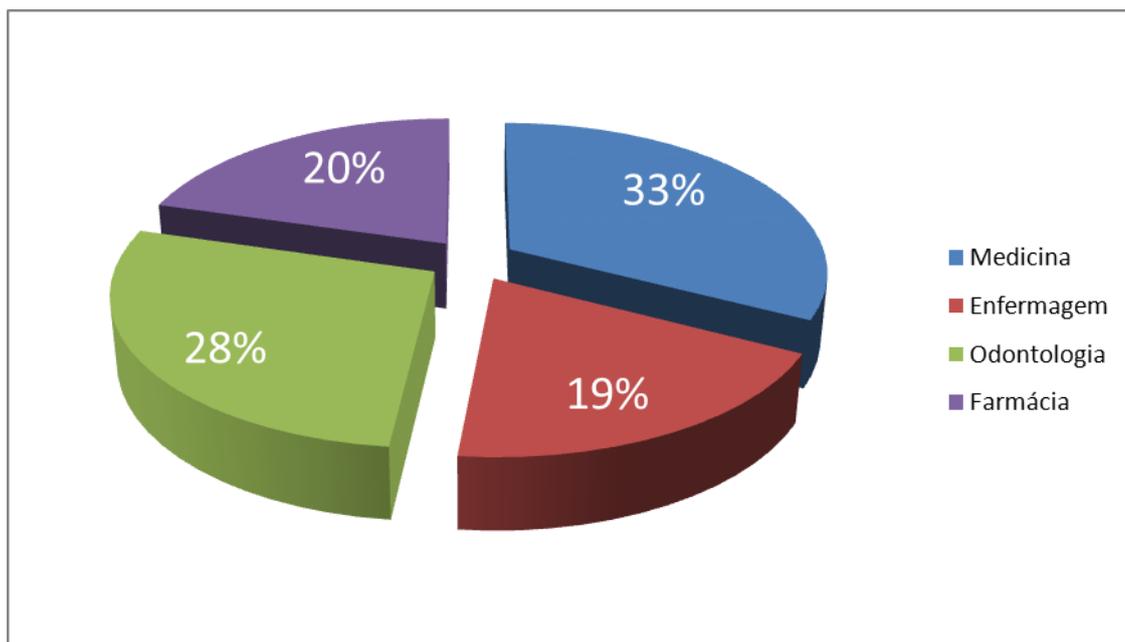


Gráfico 1 – Distribuição da população de acordo com o curso de saúde frequentado. Teresina/PI – 2010